

## ENCONTRO CONTINENTAL "VISIONES DE ABYA-YALA"<sup>1</sup>

Representantes de 51 organizações indígenas das Américas e delegados de 24 ONGs e instituições europeias participaram no Encontro Continental "Visões de Abya-yala", realizado na cidade de Copenhague, capital da Dinamarca, de 5 a 10 de agosto, sob o patrocínio da entidade danesa Naturfolkenes Verden, em coordenação com algumas organizações indígenas do continente. Participaram representando o Brasil o potyguara Antonio Pessoa Gomes, do Capoib (Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil) e o guarani Amilton López, do Aty Guasú.

O Encontro teve como objetivos analisar a realidade, cosmovisão e cultura dos povos indígenas, intercambiar experiências sobre seus diferentes problemas, e definir ações para solucioná-los. Buscou também estabelecer o diálogo e apresentar propostas à comunidade europeia, que até agora normalmente se relacionou com os povos e organizações indígenas através de intermediários.

Para a delegação brasileira, foi importante saber o que está acontecendo em outros países, como a violação dos direitos humanos, a descaracterização dos valores culturais, a invasão dos territórios indígenas por empresas transnacionais (petroleiras, mineradoras, etc), a interferência das ONGs nos processos do movimento indígena, o descaso governamental às reivindicações, a cooptação de lideranças indígenas.

Os indígenas brasileiros aproveitaram a ocasião para denunciar a política do governo FHC a respeito dos povos indígenas do país, com relação a falta de proteção dos territórios, a falta de assistência nas áreas da saúde e da subsistência, e com relação ao desrespeito aos direitos constitucionais através do Decreto 1775/98, editado em favor dos poderes políticos e econômicos que dão sustentação ao governo. O representante da Embaixada brasileira na Dinamarca, presente no evento, tentou desmentir as denúncias. Os indígenas contra-argumentaram apresentando dados concretos sobre as invasões, a morte de indígenas e inclusive sobre os massacres que tem sido praticados contra os trabalhadores rurais sem terra.

A participação dos líderes indígenas foi marcante pelo domínio que tinham da realidade dos povos indígenas do Brasil e pelo vínculo evidente que guardam com suas bases, a diferença de outras ocasiões, quando alguns indígenas, embora com um bom discurso, tem concorrido nesses

<sup>1</sup> Abya-Yala é o nome do continente americano na língua dos Índios Kuna, de Panamá, e significa "terra mediana, terra florida (N. do T.)"

eventos mais a título pessoal, condição que foi amplamente criticada pelos participantes do Encontro Visiones de Abya-yala.

Com relação aos outros países, como no Brasil, a violência continua contra os povos indígenas, a pesar das chamadas democracias, as violações aos direitos indígenas continuam: a usurpação dos recursos naturais, a depredação do meio ambiente, o despojo dos territórios ancestrais em função dos grandes projetos (hidrelétricas, aeroportos militares, exploração de petróleo), o que caracteriza uma "segunda fase colonial", assinala a Declaração de Copenhagen.

O Documento lembra ainda a responsabilidade dos governos e empresas europeias na implantação de projetos nos territórios indígenas e exige que os investimentos não atinjam o meio ambiente, os direitos ancestrais, os modelos de desenvolvimento autóctone, e a concepção integral que os povos indígenas tem da vida. E conclui: apesar da opressão imposta pelos governos durante mais de 5 séculos, "afirmamos perante os povos europeus que estamos em pé de luta, revitalizados na nossa pluralidade cultural, empenhados na construção das nossas comunidades para projetar nos em direção a um futuro melhor, onde todos os humanos co-existamos em harmonia, paz e dignidade"

### **Reivindicações dos povos indígenas de Abya-yala**

As lideranças indígenas reunidas em Copenhagen se debruçaram também sobre as principais reivindicações que hoje emergem como comuns aos povos indígenas do continente, isto é, o direito a um território, o direito a autonomia e livre-determinação, o direito a propriedade intelectual, a saúde e medicina indígena, a uma religião e espiritualidade própria, etc. Discutiram também sobre o desenvolvimento indígena, as convenções internacionais e a cooperação internacional.

Embora os debates tenham sido intensos, acalorados e abertos, em geral há unanimidade entre as lideranças no entendimento das questões. A seguir, um resumo das conclusões de alguns dos temas debatidos no Encontro "Visiones de Abya-Yala".

### **Direitos territoriais, autonomia e livre determinação**

Os Estados e governos da América ocultaram durante séculos a nossa existência, conseqüentemente nossos direitos. Os princípios nos quais se sustentam os modernos "Estados nacionais" somente reconhecem os direitos cidadãos, do indivíduo, mas não os coletivos dos Povos.

As leis dos Estados, através de relações coloniais, impuseram os interesses hegemônicos de grupos ou setores dominantes. A implantação dos Estados nacionais sobre os povos indígenas, se tem realizado desenhando instituições legais a margem dos direitos históricos inegáveis dos nossos povos. Nesta relação, os Estados possuem nossos territórios sob a aparência de uma legalidade formalizada, que é injusta. Eles não têm direitos sobre nossos territórios. Por sua vez, nós povos indígenas possuímos territórios com toda legitimidade.

Neste marco nossas principais reivindicações pedem a comunidade nacional e internacional o direito a se reconhecidos como entidades históricas, políticas e vigentes na atualidade, com pleno direito a Livre Determinação, ao reconhecimento de nossos territórios e ao fortalecimento e centralização de nossas formas de governo tradicional e suas diversas instituições.

Os aspectos fundamentais para aprofundar a análise em futuros espaços de negociação e reflexão devem referir-se aos seguintes temas:

\* Devemos observar com muito cuidado, as realidades e processos históricos de cada povo. Somos diversos, temos múltiplas formas de organização e projetos políticos diferentes.

\* Nossas diversas formas de organização social recebem nomes diferentes nos idiomas dominantes que mais tem penetrado nossa realidade social, cultural e política. Assim podemos encontrar termos como etnias, tribos, nações, nacionalidades, originários, aborígenes, etc. Porém adotamos o termo "Povos Indígenas", para utilizá-lo como termo técnico no âmbito jurídico-político nacional e internacional, já que com esta denominação nos identificamos internacionalmente.

Fazemos constar que em nossas respectivas línguas não temos dificuldade em definir nossas formas de organização social. O problema começa quando os estrangeiros pretendem nos definir. Portanto é <sup>potência</sup> potestade inalienável dos Povos Indígenas ou de qualquer outro Povo o direito a auto-definição ou auto-identificação.

\* O direito ao território deve ser entendido como uma concepção integral. O homem é parte da natureza, nessa proporção, o território inclui o solo, o subsolo e a atmosfera; a natureza abarca a terra, a água, o fogo e os componentes do meio ambiente.

Na maioria dos países, se reconhece a presença cultural dos povos indígenas, se tem avançado nos processos de autonomia administrativa e política, mas os Estados restringem o uso e manejo dos recursos naturais. Por direito histórico e por necessidade de sobrevivência, é prioritário para

nós recuperarmos e legalizarmos o acesso, a posse e a "propriedade" da terra e os territórios.

\* É importante avançar na análise e estudo do Direito Indígena, para esclarecer os princípios, as práticas jurídicas e administrativas. Também é importante trabalhar pelo reconhecimento de nosso direito, por parte dos Estados e organismos internacionais.

\* É vital para todos os povos indígenas em Abya-Yala, juntar as diversas formas de luta, na conquista dos nossos direitos. É importante fortalecer nossas formas próprias de organização, nossos governos tradicionais, construir um poder político alternativo e conquistar coletivamente os espaços de poder nos Estados, para desenvolver nossos projetos políticos. O desafio mais importante é construir projetos políticos dirigidos ao conjunto da sociedade, ser sujeitos protagônicos nas sociedades, com capacidade de exercer influência, direção e hegemonia na sua condução e definição política. Devemos assumir a necessidade de governar nos países de maioria indígena.

\* É urgente preparar-nos e formar-nos para fortalecer nossas propostas políticas e técnicas.

\* O direito a livre-determinação, que contém todos os demais direitos dos nossos povos, não é algo que devemos pedir a alguém. O direito à livre-determinação não deve entender-se como um direito concedido ou gratuito, é um direito natural inerente a todo o povo e deve ser exercido por nós mesmo.

\* Recomendações:

- Cada povo deve definir, de acordo com sua realidade, o carácter de sua organização socio-política e defender sua identidade, individual e coletiva. Tal posicionamento deve defender-se nos espaços de debate nacional e internacional.

- Participar organicamente na ONU, OEA, UE, etc., levando critérios unificados sobre a elaboração de instrumentos de direito internacional para povos indígenas.

- Exigir dos governos a ratificação dos Convenções Internacionais como a Convenção 169 da OIT. Exigir também participação ativa no processo de elaboração e aprovação da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas (ONU) e da Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas (OEA).

- Conquistar espaços de seguimento e sistematização das experiências de luta, das propostas políticas e jurídicas dos povos indígenas.

- É prioritário o debate e a análise do direito aos recursos naturais e o manejo integral e sustentável dos mesmos.

- É importante promover a participação ativa dos povos indígenas na democratização dos Estados nacionais e na construção de formas de governo e Estados plurinacionais.

### **Biodiversidade e propriedade intelectual**

Nós Povos Indígenas formamos parte do conjunto harmónico entre a natureza e os seres vivos. Todos vivemos em uma só Casa Grande, somos componentes do Cosmos. Pela nossa concepção espiritual consideramos a Terra a Mãe que prove todos os elementos necessários para a manutenção da vida.

A partir da invasão ocidental dos territórios de Abya-Yala, e como resultado de políticas equivocadas lideradas pelos países industrializados, nosso planeta corre riscos de destruição, ameaçando a todos os seres da terra.

A manipulação genética e biológica mostram o desprezo por nossos povos. Diariamente, nossas culturas sofrem agravos, são ameaçadas por um verdadeiro etnocídio, prática exercida de forma silenciosa durante séculos.

Os recursos naturais, medicinais e do entorno ecológico, estão sendo saqueados com a cumplicidade dos governos e em benefício das transnacionais, que lucram com nossos conhecimentos, tecnologias e força de trabalho e nos fazem dependentes de suas tecnologias.

É necessário identificar as empresas que sem escrúpulos se apropriam dos nossos recursos e conhecimentos, usando indevidamente, com fins mercantilistas, as patentes.

Exigimos a devida implementação e execução da Convenção de Biodiversidade em consulta com os Povos Indígenas.

Somos contrários ao envio de lixo industrial a nossos países, as provas nucleares, experimentos científicos e militares, especialmente em nossos territórios, porque implicam morte e destruição.

Declaramos que nossos conhecimentos, sabedoria ancestral, e recursos naturais, humanos e genéticos, são intransferíveis e não estão a venda. Exigimos que nunca mais se repitam os humilhantes e oprobriosos experimentos científicos, como a manipulação genética, que contraria a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual proíbe a experimentação sobre qualquer ser humano se seu livre consentimento.

## Comunicação

Considerando que os meios de comunicação estão controlados por grandes empresas privadas ou corporações transnacionais que monopolizam a informação, manipulando a opinião pública e servindo aos interesses dos poderosos...

É necessário comunicar-nos primeiro entre as comunidades indígenas em nível nacional e internacional, com o objetivo de elaborar estratégias ou alianças de ação conjunta. É muito importante a comunicação com outros povos indígenas para propor soluções aos problemas que afetam a terra mãe e ao planeta em geral. Perante a necessidade urgente de capacitar-nos no uso e manejo dos meios de comunicação, dispondo do material técnico e do acesso a tecnologia para cumprir a nossa missão de comunicar, propomos:

- \* Exigir dos governos o reconhecimento da existência das rádios comunitárias indígenas e outros meios de comunicação das comunidades e organizações indígenas, sem que sejam afetadas por impostos.
- \* Aliar-nos com outros organismos para propor mudanças na legislação que os regula.
- \* Exigir das ONU convenções internacionais que reconheçam e permitam aos povos indígenas ter seus próprios meios de comunicação através da Unesco, Unicef, OMS, etc.
- \* Realizar oficinas regionais, nacionais e internacionais de capacitação nas áreas de imprensa escrita, uso de computadores, produção de vídeos e outros meios visuais, manejo de rádios, correio eletrônico, etc.
- \* Implementar rádios comunitárias, publicações como boletins, jornais, livros, etc., que sirvam para a comunicação em nível local.
- \* Consolidar uma rede de comunicação entre organizações indígenas, e aquelas que já têm experiência na área, se comprometam a formar e capacitar no uso dos meios de comunicação para fortalecer a unidade entre os povos indígenas do continente de Abya-Yala.

## Religião e Espiritualidade

A partir da análise da Cosmovisão indígena, podemos afirmar que cada Povo Indígena tem suas próprias formas de expressão de sua espiritualidade, as quais estão centradas no cosmos, já que nele tudo têm vida, tendo como base a existência da lua, o sol, as estrelas, as plantas, as montanhas, os rios, os mares, as aves, os pássaros, o homem e a mulher, em profundo respeito a terra mãe.

Além do mais, nossa espiritualidade está em comunhão com nossos ancestrais, que nos acompanham nos nossos afazeres diários, revitalizando nossas vidas e ocupando um lugar especial no nosso pensamento.

Da mesma forma, nossos povos tem profunda confiança no futuro, em um novo amanhecer, fruto das energias renovadoras do passado que de maneira cíclica podem se transformar em energias do presente e do futuro.

Com base no anterior, solicitamos dos Estados, Igrejas e instituições que se relacionam com os povos indígenas, que respeitem toda a expressão da espiritualidade indígena e procedam a devolver os objetos e patrimônio religioso que tenham expropriado.

Os povos indígenas devem velar pela transmissão e fortalecimento de seus valores culturais e espirituais e lutar contra o saqueio e exploração dos elementos da terra mãe que para nós tem valor sagrado e espiritual.

### **Cooperação internacional e desenvolvimento para os Povos Indígenas**

Sem dúvida, o conceito de "Desenvolvimento" tem que ser discutido amplamente, e com originalidade, entre as Comunidades e Organizações dos Povos Indígenas com os organismos de cooperação do mundo ocidental.

O conceito de ajuda, apoio e outros termos utilizados no marco da cooperação, devem desaparecer, pois são termos de relação verticalista que ofendem a dignidade dos nossos povos.

É importante lembrar, que o princípio de desenvolvimento que compartilham nossos povos não compreende somente o fator econômico. Manter a unidade comunitária, o fortalecimento do mundo espiritual, a liberdade física e mental dos homens e mulheres, com base no respeito mútuo, a fraternidade e a equidade na partilha dos bens e riquezas comunitárias, são os fundamentos do nosso desenvolvimento.

As ONGs nacionais e internacionais com princípios religiosos fundamentalistas e etnocentristas continuam acelerando o "etnocídio silencioso" que aplicam em nome do desenvolvimento.

A cooperação internacional durante todos esses anos não atendeu satisfatoriamente a realidade dos distintos países e povos. Tem criado, pelo contrário, dependência técnica, financeira e política, faltando assim realmente apoio para o desenvolvimento de nossos povos, limitando as potencialidades indígenas. Isto posto, recomendamos:

\* Desenvolver programas de produção indígena, que produzam riqueza capaz de sustentar-nos como tem sido a tradição dos nossos povos ao longo dos séculos.

- \* Impulsionar ações de cooperação e intercâmbio entre nossos povos e suas organizações.
- \* Redefinir a relação de cooperação de tal forma que as agências sejam flexíveis em relação a nossa concepção de desenvolvimento e que de comum acordo, estabeleçamos os critérios para a cooperação.
- \* Esforçar-nos substancialmente na capacitação e institucionalização das nossas organizações, fazendo-as eficientes, ao serviço do desenvolvimento dos nossos povos.
- \* Iniciar um processo de consulta para definir o conceito de desenvolvimento dos povos indígenas e o papel das ONGs no mesmo.
- \* Finalmente, promover conferências que nos permitam avaliar o papel da Cooperação Internacional, desenhar políticas em consenso e estabelecer mecanismos participativos na tomada de decisões da política de cooperação.

CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL.

C A P O I B

CABÓQUINHO POTY GUARA